ISSN: 2358-8829

JOVENS DO SERTÃO MINEIRO RUMO À UNIVERSIDADE: DESAFIOS E PERSPECTIVAS NA DISCIPLINA PROJETO DE VIDA

Cléia Almeida Mota Coutinho [1]

INTRODUÇÃO

Este artigo discute as possibilidades e os limites da disciplina Projeto de Vida na orientação de jovens do Sertão Mineiro que desejam acessar o ensino superior. O texto parte de um relato de experiência realizado na Escola Estadual Professor Henrique de Matos, no Norte de Minas Gerais, com 90 estudantes dos 3º anos do Ensino Médio. Conforme registrado no pôster que sintetiza a pesquisa, foram adotados procedimentos qualitativos, exploratórios e descritivos, incluindo observação participante, oficinas, rodas de conversa e análise de documentos e políticas educacionais. A síntese dos resultados destaca cinco dimensões que interferem nas trajetórias acadêmicas: acesso à informação, conectividade e recursos digitais, transporte, custos de permanência e conciliação com o trabalho rural. A discussão articula esses desafios ao papel orientador da escola e à necessidade de políticas intersetoriais.

Palavras-chave: Juventude; Projeto de Vida; Ensino Médio; Ensino Superior; Sertão Mineiro.

[1]Mestranda do Curso de Letras da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais; cleia.mota@educacao.mg.gov.br

ISSN: 2358-8829

INTRODUÇÃO

A conclusão do Ensino Médio e a possibilidade de prosseguir os estudos são atravessadas por expectativas, escolhas e condições concretas de vida. Para muitos jovens, pensar o futuro envolve imaginar uma profissão, identificar interesses e formular metas. Esse processo, porém, não ocorre de maneira isolada: depende das oportunidades de aprendizagem, das informações disponíveis, das relações familiares e escolares e dos recursos materiais e territoriais a que cada estudante tem acesso.

A escola reúne jovens com experiências e projetos diversos. Por isso, compreendê-los apenas como alunos pode ocultar as condições sociais, culturais e econômicas que influenciam sua relação com o estudo e com o futuro. Dayrell (2007) propõe considerar o jovem como sujeito social, constituído em múltiplas experiências e relações. Nessa perspectiva, o Projeto de Vida não deve ser reduzido a uma lista de metas individuais; sua elaboração precisa dialogar com os desejos dos estudantes e com as possibilidades e barreiras presentes em seus contextos.

A Base Nacional Comum Curricular inclui, entre as competências gerais, a valorização de saberes e experiências que permitam compreender o mundo do trabalho e fazer escolhas relacionadas ao projeto de vida com autonomia e consciência crítica (BRASIL, 2018). A legislação também mudou desde a reforma de 2017: a Lei nº 13.415/2017 introduziu a referência ao projeto de vida no marco curricular do Ensino Médio, enquanto a Lei nº 14.945/2024 alterou a Lei de Diretrizes e Bases e passou a assegurar oportunidades de construção de projetos de vida em perspectiva de desenvolvimento integral, participação cidadã, integração comunitária e preparação para o mundo do trabalho (BRASIL, 2017, 2024).

No Sertão Mineiro, a discussão ganha relevância diante das distâncias entre comunidades rurais e instituições de ensino superior e das desigualdades de acesso à informação, à internet, ao transporte e às condições de permanência. Pesquisas com jovens do campo mostram que a experiência universitária precisa ser analisada considerando as especificidades territoriais e as condições que permitem não apenas ingressar, mas também permanecer na universidade (NASCIMENTO; MARQUES; TRINDADE, 2020). Esses achados oferecem contexto comparativo, embora não substituam os dados da pesquisa local apresentada neste artigo.

ISSN: 2358-8829

Este trabalho tem como objetivo analisar os desafios e as possibilidades da disciplina Projeto de Vida na orientação de jovens do Sertão Mineiro rumo ao ensino superior. A questão que orienta a discussão é: de que modo a disciplina pode contribuir para o planejamento das trajetórias acadêmicas quando o acesso à universidade depende também de condições sociais, econômicas, tecnológicas e institucionais que ultrapassam o espaço escolar?

O artigo está organizado em cinco partes. Após esta introdução, apresenta-se a metodologia. Em seguida, discutem-se os referenciais sobre juventude, Projeto de Vida e desigualdades educacionais. A seção de resultados e discussão examina os cinco desafios sintetizados no material de origem. Por fim, as considerações finais destacam as contribuições do estudo e as informações que precisam ser completadas com os registros empíricos antes de uma submissão acadêmica.

METODOLOGIA

A pesquisa é descrita como qualitativa, exploratória e descritiva. O campo foi a Escola Estadual Professor Henrique de Matos, situada no Norte de Minas Gerais, e participaram 90 estudantes das turmas dos 3º anos do Ensino Médio, vinculados aos itinerários formativos do Novo Ensino Médio. A abordagem qualitativa é pertinente ao propósito de compreender experiências, percepções e sentidos atribuídos pelos estudantes às escolhas educacionais e ao futuro; ainda assim, a descrição metodológica precisa explicitar como os registros foram produzidos e analisados.

Segundo o resumo apresentado anteriormente, os procedimentos incluíram observação participante de aulas e atividades; realização de oficinas e rodas de conversa com os estudantes; e análise de documentos e políticas públicas relacionados à Base Nacional Comum Curricular, ao Novo Ensino Médio e à disciplina Projeto de Vida. As informações complementares da pesquisadora identificam o campo como a Escola Estadual Professor Henrique de Matos, no município de Bonito de Minas- MG.

ISSN: 2358-8829

REFERENCIAL TEÓRICO

3.1 Juventude, escola e projetos de vida

A juventude não é uma experiência homogênea. As trajetórias dos estudantes são marcadas por condições de classe, território, raça, gênero, trabalho e acesso a bens culturais. Reconhecer o jovem como sujeito social significa considerar o que ele vive dentro e fora da escola, bem como as interpretações que constrói sobre sua própria trajetória (DAYRELL, 2007). Essa perspectiva desloca o foco de uma visão que trata o estudante apenas como destinatário de conteúdos e abre espaço para escuta, participação e diálogo.

Leão, Dayrell e Reis (2011), ao investigarem jovens do Ensino Médio no Pará, identificaram diversidade de projetos juvenis e expectativas dirigidas à escola, ao mesmo tempo que observaram limites institucionais para responder às demandas desses estudantes. Em estudo realizado em escola estadual pernambucana, Oliveira e Silva (2021) também registraram que os jovens reconheciam a importância da escola para seus projetos, mas desejavam mais diálogo e orientação sobre dúvidas, escolhas e futuro. Esses estudos não descrevem a escola do Norte de Minas abordada aqui; contribuem, contudo, para situar a necessidade de escutar os próprios jovens ao analisar o papel do Projeto de Vida.

A perspectiva de Paulo Freire (1996) contribui para pensar essa escuta como parte de uma educação voltada à autonomia, à reflexão crítica e à participação do estudante. Aplicada ao Projeto de Vida, essa concepção implica criar situações em que os jovens possam relacionar interesses pessoais com conhecimentos, direitos e condições concretas de realização. A orientação não deve transferir ao indivíduo a responsabilidade por superar barreiras estruturais, mas pode ampliar sua compreensão das alternativas e fortalecer sua capacidade de agir com apoio coletivo.

3.2 Desigualdades educacionais e condições territoriais

As desigualdades educacionais não se explicam somente por diferenças internas à escola. Arroyo (2010) chama atenção para os processos sociais e históricos mais amplos que produzem desigualdades e para a necessidade de que políticas educacionais considerem os sujeitos e contextos atingidos por elas. Essa leitura ajuda a evitar uma interpretação

individualizante na qual dificuldades de acesso ao ensino superior seriam atribuídas apenas à falta de esforço, planejamento ou informação do estudante.

No caso de jovens do campo, a distância física, a oferta desigual de serviços e a articulação entre estudo, deslocamento e trabalho familiar podem afetar as oportunidades educacionais. Nascimento, Marques e Trindade (2020), ao estudarem jovens do campo vinculados à Universidade do Estado da Bahia, Campus XII, em Guanambi, analisaram trajetórias de acesso e experiência universitária e destacaram a importância de reconhecer as condições específicas desses estudantes. Trata-se de uma pesquisa realizada em outro estado e em nível superior; sua contribuição para este artigo é comparativa e não deve ser confundida com evidência direta sobre os estudantes do Norte de Minas.

A BNCC associa o projeto de vida a escolhas relacionadas ao mundo do trabalho, à autonomia e à consciência crítica (BRASIL, 2018). A Lei nº 14.945/2024, por sua vez, prevê oportunidades de construção desses projetos articuladas ao desenvolvimento integral, à comunidade, à cidadania e à preparação para o trabalho (BRASIL, 2024). A legislação oferece um horizonte normativo, mas a efetivação desse propósito depende de condições concretas de oferta, de orientação e de apoio às trajetórias dos estudantes. O Projeto de Vida pode funcionar como mediação pedagógica; não substitui políticas de acesso, assistência estudantil, transporte, inclusão digital ou ampliação da oferta pública de ensino superior

A síntese dos resultados organiza os desafios em cinco dimensões: informação, tecnologia, transporte, permanência e trabalho rural. Como não foram fornecidos registros de campo detalhados, a discussão a seguir interpreta essas dimensões como categorias de análise já identificadas no relato, sem atribuir frequência, intensidade ou falas específicas a cada uma.

4. Resultados e discussões

4.1 Projeto de Vida como orientação e mediação

O achado central do pôster é que a disciplina Projeto de Vida tem potencial para ampliar o planejamento das trajetórias acadêmicas, favorecer o autoconhecimento e apoiar a construção de perspectivas. Esse potencial se concretiza quando as atividades curriculares ajudam os estudantes a compreender opções de ingresso, reconhecer etapas dos processos

seletivos, buscar informações confiáveis e relacionar planos de estudo com seus interesses e circunstâncias.

A orientação precisa, contudo, partir das experiências juvenis e reconhecer que os projetos podem ser revistos à medida que mudam os desejos, as condições familiares e as oportunidades disponíveis. A literatura sobre projetos de vida no Ensino Médio aponta que a escola pode ser importante para os planos dos jovens, mas eles também percebem limites na forma como a instituição responde a suas dúvidas e expectativas (LEÃO; DAYRELL; REIS, 2011; OLIVEIRA; SILVA, 2021). Para a escola investigada, isso sugere a importância de atividades dialógicas, contínuas e conectadas às oportunidades reais de estudo no território, em vez de ações pontuais centradas apenas na definição de metas individuais.

4.2 Barreiras informacionais, digitais e de mobilidade

A dimensão da informação refere-se à dificuldade de compreender editais e processos seletivos, associada à insegurança para acessar oportunidades. A dimensão tecnológica aponta limitações de acesso à internet e a recursos digitais, com possíveis dificuldades para realizar inscrições e acompanhar processos. Em conjunto, esses pontos mostram que conhecer a existência de uma vaga ou de um programa não garante que o estudante consiga reunir documentos, cumprir prazos e concluir etapas digitais.

O transporte aparece como outro obstáculo: a distância entre comunidades rurais e universidades pode restringir o acesso. Essa dimensão conecta a decisão acadêmica ao tempo e ao custo do deslocamento. A orientação escolar pode apoiar a busca e a organização de informações sobre cursos, calendários, auxílios e formas de ingresso, mas não consegue, por si só, criar transporte acessível nem reduzir as distâncias territoriais. A discussão se aproxima da literatura que chama atenção para as condições específicas de acesso e permanência de jovens do campo no ensino superior (NASCIMENTO; MARQUES; TRINDADE, 2020).

4.3 Permanência e conciliação com o trabalho rural

A tabela do pôster identifica custos de transporte, moradia e alimentação como fatores relacionados ao risco de evasão. Esse ponto amplia a análise para além do ingresso: construir um plano de acesso à universidade precisa incluir as condições de permanência.

Orientar sobre cursos e processos seletivos sem abordar custos e apoios disponíveis pode produzir expectativas pouco conectadas à realidade material dos estudantes.

O trabalho rural e a necessidade de contribuir com as atividades familiares são apresentados como possíveis fontes de conflito com os estudos. Essa dimensão não deve ser tratada como incompatibilidade automática entre trabalho e escolarização. Ela exige compreender os calendários, responsabilidades e necessidades familiares dos jovens e considerar políticas e arranjos institucionais que tornem as trajetórias educacionais viáveis. A ênfase de Arroyo (2010) em compreender desigualdades em seus processos sociais mais amplos ajuda a situar tais dificuldades para além de decisões individuais.

4.4 Implicações para a escola e para as políticas públicas

As dimensões reunidas na síntese são interdependentes. A falta de internet pode dificultar o acesso à informação; a distância pode aumentar custos; os custos e as responsabilidades de trabalho podem reduzir o tempo disponível para estudar ou deslocar-se. Por isso, o Projeto de Vida pode cumprir melhor sua função quando articulado a ações de orientação escolar, família, serviços públicos e instituições de ensino superior. Essa articulação está de acordo com a conclusão do pôster de que os resultados da disciplina dependem de condições sociais, econômicas, tecnológicas e institucionais que ultrapassam o espaço escolar.

Na prática pedagógica, a escola pode promover rodas de conversa e oficinas com informações atualizadas sobre cursos, formas de ingresso, calendários, documentação, assistência estudantil e possibilidades de transporte; envolver egressos e instituições de ensino superior; e revisar com os estudantes os planos formulados ao longo do tempo. A responsabilidade pública permanece central: o trabalho pedagógico deve ampliar a agência dos jovens sem converter desigualdades estruturais em falhas pessoais de planejamento.

ISSN: 2358-8829

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A experiência realizada na Escola Estadual Professor Henrique de Matos, com 90 estudantes do 3º ano do Ensino Médio, permite responder ao objetivo deste artigo: a disciplina Projeto de Vida pode contribuir para que os jovens reflitam sobre interesses e planejem trajetórias rumo ao ensino superior, mas esse planejamento é condicionado por barreiras concretas. Os resultados sintetizados identificam dificuldades de acesso à informação e a recursos digitais, distância e transporte, custos de permanência e necessidade de conciliar os estudos com o trabalho rural e familiar. O principal resultado do relato é, portanto, a compreensão de que a construção de perspectivas acadêmicas não depende apenas da definição de metas individuais. O trabalho pedagógico de orientação pode ajudar os estudantes a conhecer cursos, editais, processos seletivos e apoios disponíveis; contudo, conectividade, mobilidade, moradia, alimentação e condições para continuar estudando ultrapassam a capacidade de resposta de uma disciplina ou de uma escola isoladamente. O Projeto de Vida ganha efetividade quando articulado à escuta dos jovens, ao apoio da comunidade escolar e a políticas públicas de acesso e permanência.

Como contribuição para a prática escolar, a experiência aponta a importância de tratar o ingresso e a permanência como partes de um mesmo percurso de orientação. Ações de informação sobre cursos e formas de ingresso, diálogo com instituições de ensino superior e identificação de auxílios e alternativas de deslocamento são possibilidades coerentes com os desafios relatados. São encaminhamentos derivados dos resultados, e não intervenções cuja implementação ou efeito estejam comprovados pelos dados disponíveis.

REFERÊNCIAS

ARROYO, Miguel G. **Políticas educacionais e desigualdades: à procura de novos significados.** Educação & Sociedade, Campinas, v. 31, n. 113, p. 1381–1416, out./dez. 2010. DOI: https://doi.org/10.1590/S0101-73302010000400017.

BRASIL. Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017. **Altera as Leis nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e nº 11.494, de 20 de junho de 2007, e institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral**. Brasília, DF: Presidência da República, 2017. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13415.htm. Acesso em: 8 nov. 2026.

BRASIL. Lei nº 14.945, de 31 de julho de 2024. **Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, a fim de definir diretrizes para o ensino médio**. Brasília, DF: Presidência da República, 2024. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2024/lei/l14945.htm. Acesso em: 8 nov. 2026.

BRASIL. **Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília, DF**: MEC, 2018. Disponível em: https://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf. Acesso em: 8 nov. 2026.

DAYRELL, Juarez. **A escola "faz" as juventudes? Reflexões em torno da socialização juvenil.** Educação & Sociedade, Campinas, v. 28, n. 100, p. 1105–1128, out. 2007. Disponível em: https://www.scielo.br/j/es/a/RTJFy53z5LHTJjFSzq5rCPH/. Acesso em: 8 nov. 2026.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

LEÃO, Geraldo; DAYRELL, Juarez Tarcísio; REIS, Juliana Batista dos. **Juventude, projetos de vida e ensino médio**. Educação & Sociedade, Campinas, v. 32, n. 117, p. 1067–1084, out./dez. 2011. DOI: https://doi.org/10.1590/S0101-73302011000400010.

NASCIMENTO, Mirian Bezerra de Matos; MARQUES, Tatyanne Gomes; TRINDADE, Domingos Rodrigues da. **Jovens do campo no ensino superior**. Revista Exitus, Santarém, v. 10, n. 1, e020035, 2020. DOI: https://doi.org/10.24065/2237-9460.2020v10n0id1259.

OLIVEIRA, Ramon de; SILVA, Amanda Félix da. **Projetos de vida no ensino médio: o que os jovens nos disseram?** Revista e-Curriculum, São Paulo, v. 19, n. 3, p. 1263–1286, 2021. DOI: https://doi.org/10.23925/1809-3876.2021v19i3p1263-1286.